



Teto de juros Consignado INSS

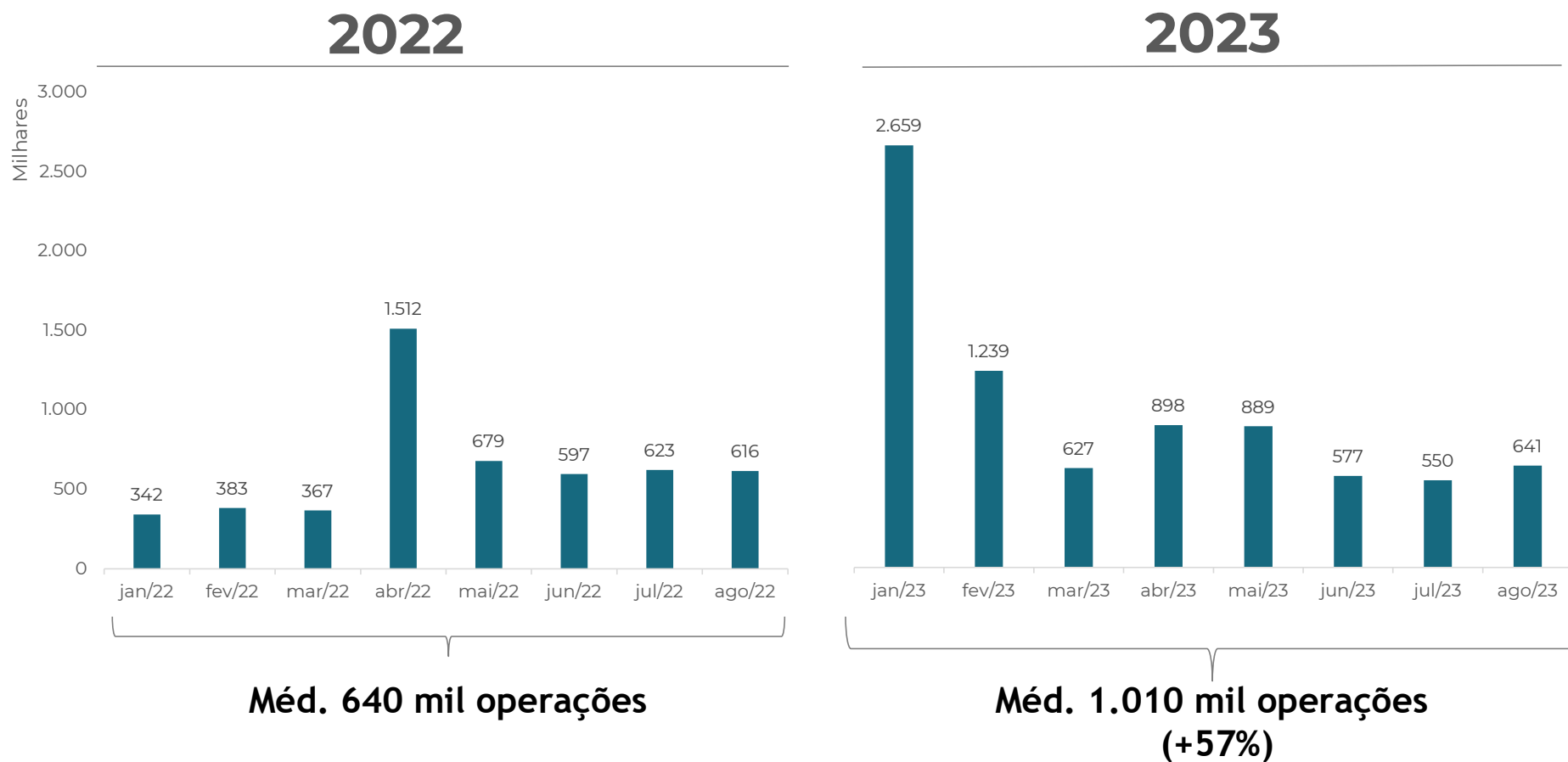
Setembro/2023.

 **FEBRABAN** FEDERAÇÃO
BRASILEIRA
DE BANCOS

 **ABBC**

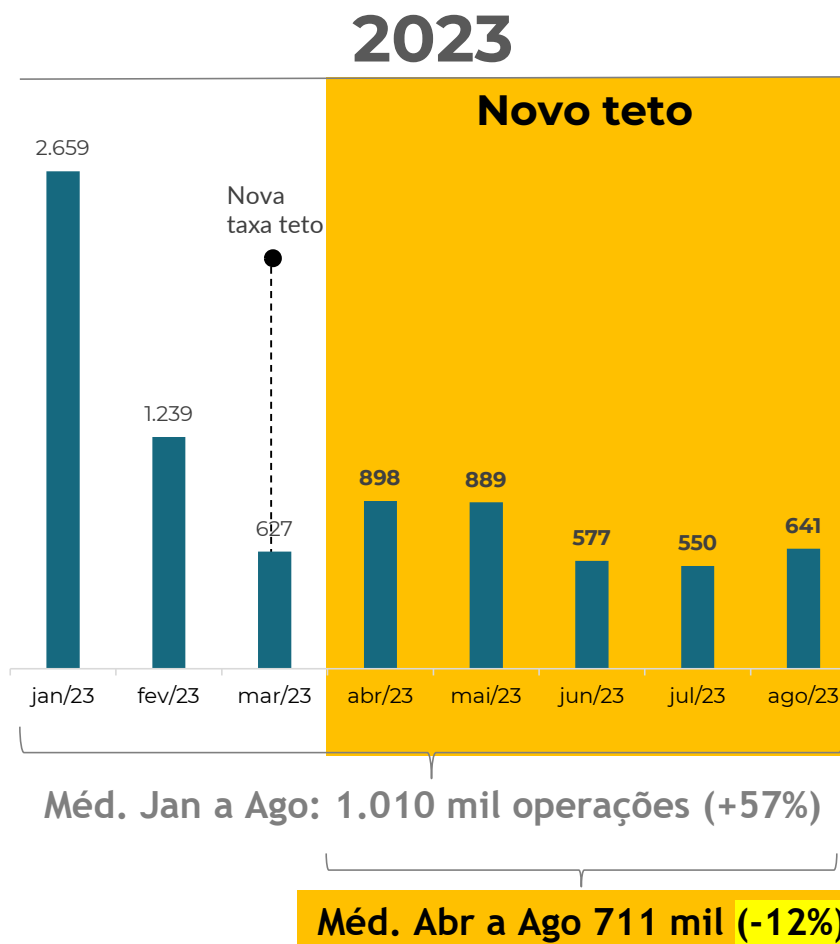
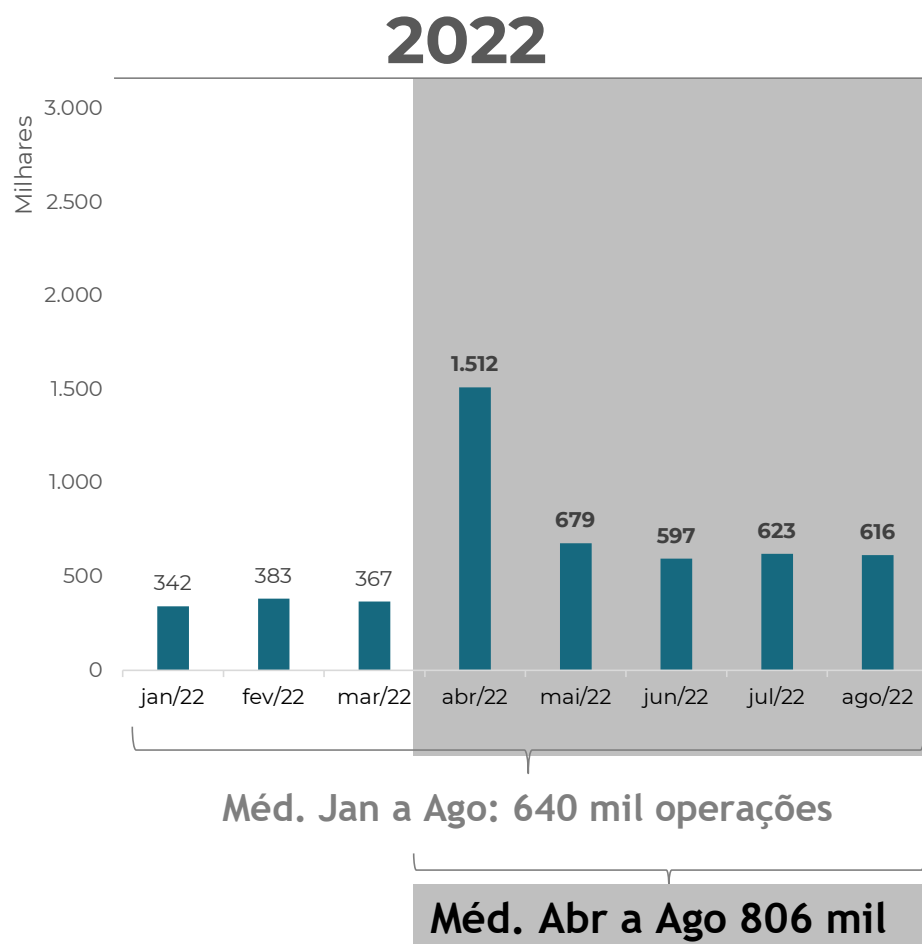
Queda nas concessões

Concessões 2023 x 2022 Janeiro a Agosto - Números Dataprev (Margem Livre)



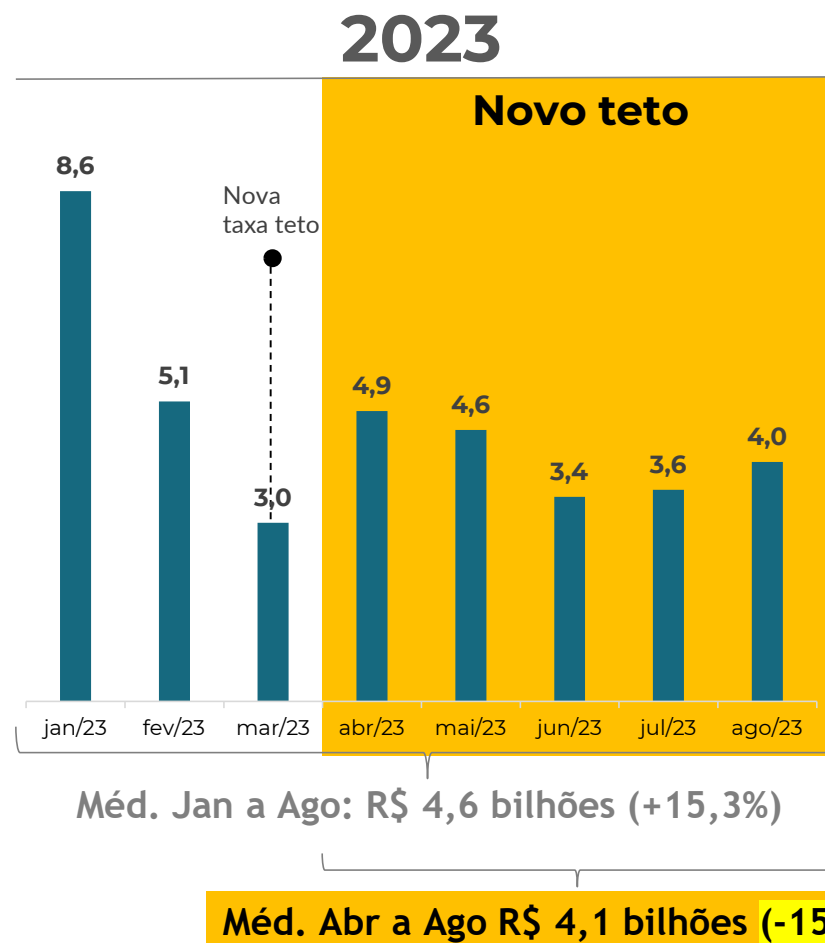
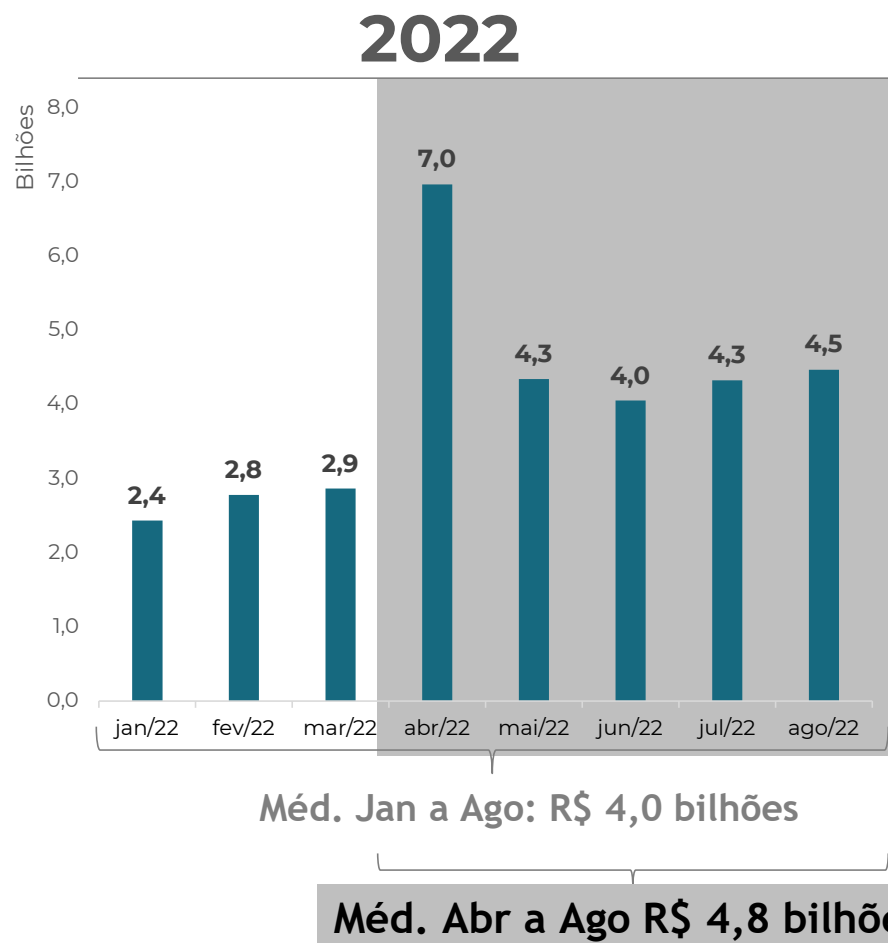
Fonte: Dataprev (quantidade de operações de margem livre)

Concessões 2023 x 2022 Janeiro a Agosto - Números Dataprev (Margem Livre)



Fonte: Dataprev (quantidade de operações de margem livre)

Concessões 2023 x 2022 Janeiro a Agosto - Números Dataprev (Margem Livre)



Valores concedidos - Diferença entre Dataprev e Banco Central (R\$ bilhão)

2023	Dataprev	Bacen	Diferença (Bacen - Dataprev)
jan/23	18,1	9,2	-8,9
fev/23	12,7	6,5	-6,2
mar/23	7,5	3,9	-3,6
abr/23	11,7	5,2	-6,5
mai/23	13,0	5,5	-7,6
jun/23	11,3	4,3	-6,9
jul/23	12,3	4,8	-7,5
Ago/23	16,5	6,6	-9,9

Conceitos

Dataprev considera como concessão o valor da margem livre, das portabilidades e o valor total dos refinanciamentos, e não apenas o “troco”.

Banco Central não considera como concessão o valor das portabilidades por não haver liberação de novos recursos ao cliente. Ou seja, na portabilidade não há injeção de recursos no mercado. Quanto ao refinanciamento, o Banco Central somente considerado o “troco” liberado ao cliente.

Portabilidade não é uma nova operação de crédito, apenas a transferência de uma dívida de um banco para outro.

Refinanciamento:

- 85% do valor da operação é utilizado para quitar o saldo devedor da operação anterior.
- A liberação de recursos para o cliente corresponde a apenas 15% do valor da operação.

Valores concedidos - Diferença entre Dataprev e Banco Central (R\$ bilhão)

Utilizando os 4 últimos meses e adotando o conceito do Banco Central nos dados da Dataprev, chegamos a valores bem próximos, conforme abaixo.

Mês	Dataprev				Dataprev conceito BACEN			BACEN
	Margem	Port	Refin	Total	Margem	Troco (15% Refin)	Total (Margem + Troco)	Total
abr/23	4,9	1,3	5,5	11,7	4,9	0,8	5,7	5,2
mai/23	4,6	1,8	6,6	13,0	4,6	1,0	5,6	5,5
jun/23	3,4	1,8	6,0	11,3	3,4	0,9	4,3	4,3
jul/23	3,5	2,3	6,5	12,3	3,5	1,0	4,5	4,8
ago/23	4,0	3,2	9,3	16,5	4,0	1,4	5,4	6,6

Não considerada a Portabilidade, pois não é um novo empréstimo e sim uma transferência de dívida, e apenas o “troco” do Refinanciamento (15%)

Concessão mensal (Banco Central) - Crédito Consignado INSS

Queda consistente dos volumes de concessão

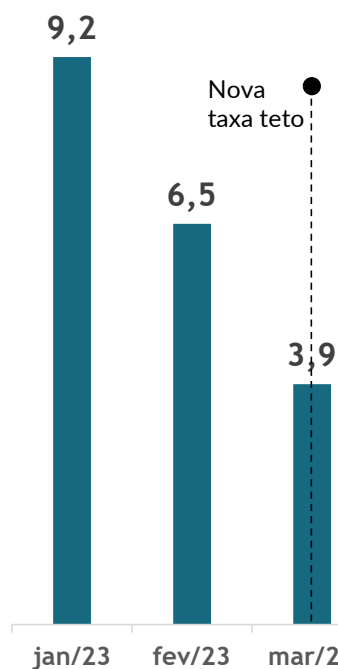
Abril a Agosto	Concessão (R\$ bilhão)		Em valores de hoje*
	Total	Média mensal	
2016	20,4	4,1	5,8
2017	24,5	4,9	6,8
2018	27,2	5,4	7,2
2019	32,2	6,4	8,3
2020	41,9	8,4	10,5
2021	42,9	8,6	9,9
2022	42,7	8,5	8,9
2023	26,3	5,3	5,3

2018: Prazo máximo 72 meses e Margem de 30%

2023: Prazo máximo 84 meses e Margem de 35%

Valores de hoje: Ajustado pela inflação do período (IPCA)

Aumento
salário mínimo



Fonte: Banco Central (concessão mensal)

Exemplo de impacto nos correspondentes bancários

- Desde a alteração do teto em março/23, verificamos redução significativa da remuneração do canal correspondente (aproximadamente 40%)
- Fechamento de 12 lojas
- Demissão de 120 colaboradores (40 de atendimento e 80 administrativos e tecnologia)
- Redução de 31% do quadro de colaboradores (de 387 para 267)

Antes da alteração do teto:



Depois da alteração do teto:



Canal Correspondente

- Responsável por 40% da originação do Consignado INSS
- 77 mil CNPJs atuando no Crédito Consignado
- 240 mil CPFs Certificados trabalhando na oferta de Crédito Consignado, além de colaboradores atuando em serviços operacionais
- Desempenha importante papel no atendimento ao público desbancarizado (10 milhões de aposentados não possuem conta e recebem por meio de cartão magnético)

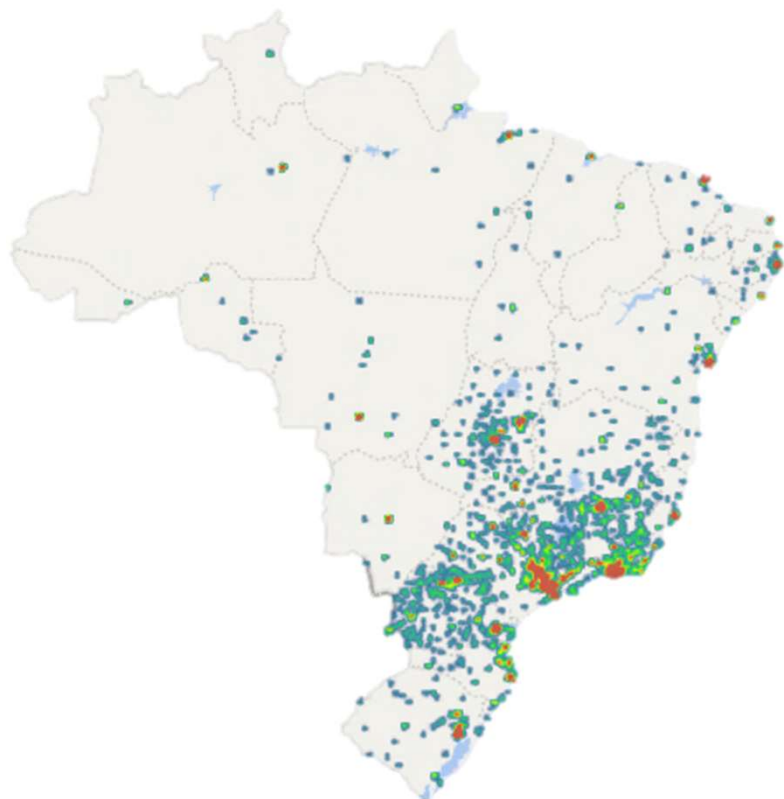
Fonte:

- *CNPJs: Autorregulação*
- *CPFs Certificados: Centro de Registro de Certificados Profissionais (CRCP)*

Canal Correspondente - Distribuição geográfica

- Exemplo Itaú: Comparativo da cobertura da rede de agências e correspondentes

Agências



Correspondentes



Alteração no mix de modalidade de operações



Alteração no mix de modalidade de operações

2023	Quantidade de operações				%		
	Margem Livre	Portabilidade	Refin	TOTAL	Margem Livre	Portabilidade	Refin
jan/23	2.659.340	100.822	416.342	3.176.504	84%	3%	13%
fev/23	1.239.414	89.327	359.137	1.687.878	73%	5%	21%
mar/23	626.609	108.460	239.321	974.390	64%	11%	25%
abr/23	897.587	161.403	439.525	1.498.515	60%	11%	29%
mai/23	889.435	236.603	604.014	1.730.052	51%	14%	35%
jun/23	576.858	220.527	526.856	1.324.241	44%	17%	40%
jul/23	549.866	264.936	545.519	1.360.321	40%	19%	40%
ago/23	641.378	382.943	741.917	1.766.238	36%	22%	42%

Fonte: Dataprev

Verificamos **forte queda da modalidade Margem Livre**, representando uma menor liberação de recursos para os aposentados.

Lembramos que **Portabilidade não é uma nova operação de crédito, mas apenas a transferência de uma dívida** de um banco para o outro.

Já no **Refinanciamento, estimamos liberação de 15% do valor da operação**, sendo o restante utilizado para quitação do contrato anterior. Parte relevante das operações de Portabilidade são refinanciadas no próprio mês, o que eleva o número de operações de maneira artificial.

Perda por idade e tipo de benefício

Analise de perda INSS por tipo de benefício - Margem

Dentre o público em questão, temos diferentes perfis de risco. A fixação do teto em patamar não razoável poderá prejudicar o atendimento daqueles que apresentam maior risco (idade, público, tipo de operação e etc.), bem como operações de menor valor.

Idade	% Produção	Perda Aposentadoria/ Pensão	Perda Invalidez	
			Acima de 60 anos ou 55 a 60 anos com mais de 15 anos de benefício	Restante do público
18-40	4,2%	2,6%	-	5,8%
41 - 50	8,0%	2,9%	-	5,7%
51 - 54	5,7%	3,3%	-	6,6%
55 - 60	17,5%	4,0%	6,4%	6,6%
61 - 65	23,8%	4,3%	6,7%	-
66 - 70	24,4%	5,1%	7,6%	-
71 - 72	6,3%	5,8%	8,6%	-
73 - 74	4,4%	6,9%	10,9%	-
>= 75	5,8%	9,6%	11,7%	-

Tipo operação	Perda Média
Margem	5,2%
Portabilidade	4,1%
Refin	3,1%

Idade média da carteira:

- Aposentadoria e Pensão: 63 anos
- Invalidez: 55 anos

Estima-se que 48% dos tomadores do Consignado INSS estão negativados.

Viabilidade econômica de cada operação

Risco de falta de oferta de crédito, principalmente para o público de maior risco e operações de baixo valor, caso o teto seja incompatível, tendo presente a Resolução do Banco Central 4.935/2021, que exige viabilidade econômica de cada operação



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Art. 20. Na hipótese de o contrato de correspondente incluir as atividades relativas a operações de crédito e de arrendamento mercantil, referidas no art. 12, inciso V, a instituição contratante deve implementar sistemática de monitoramento e controle da **viabilidade econômica da operação**, cuja proposta seja encaminhada por correspondente, com a produção de relatórios gerenciais contemplando todas as receitas e despesas envolvidas, tais como custo de captação, taxa de juros e remuneração paga e devida ao correspondente sob qualquer forma, bem como prazo da operação, probabilidade de liquidação antecipada e de cessão.

§ 1º Para a apuração da viabilidade econômica, o valor presente das rendas da operação de crédito ou de arrendamento mercantil, bem como de sua repactuação ou renovação, considerada a possibilidade de sua liquidação antecipada ou inadimplência, deve ser superior ao valor presente do somatório da remuneração do correspondente com as demais despesas envolvidas.

§ 2º Os relatórios gerenciais referidos no caput devem ficar à disposição do Banco Central do Brasil até cinco anos após o término da operação.

Margem Consignável

Na ausência do Consignado, resta ao aposentado a opção do crédito pessoal e crédito para negativados, com **taxas e prazos totalmente incompatíveis com suas necessidades**

Simulação empréstimo R\$
5.000 em 12 meses

Parcela: R\$ 470
Juros: R\$ 642

1,91%

Consignado INSS

Parcela: R\$ 584 (1,2x)
Juros: R\$ 2.008 (3,1x)

5,62%

Crédito Pessoal

Parcela: R\$ 1.132 (2,4x)
Juros: R\$ 8.587 (13,4x)

20,14%

Estima-se que 48%
dos tomadores do
Consignado INSS
estão negativados

Crédito para negativado

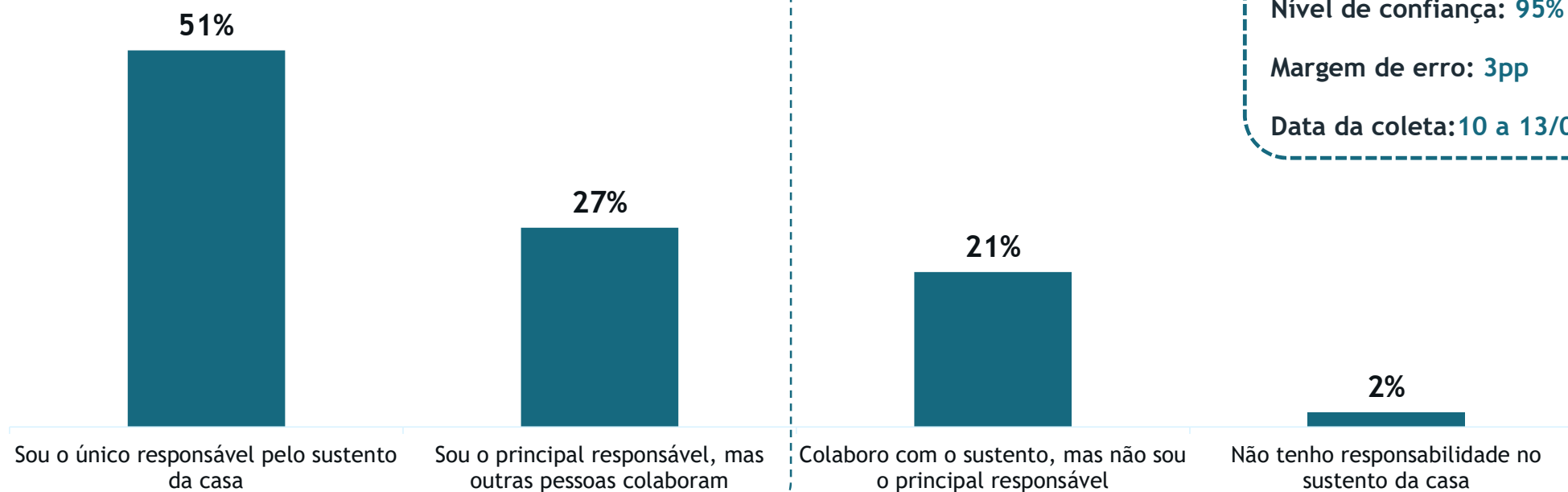
Fonte: Banco Central

- Consignado INSS e Crédito Pessoal: Taxa média Jul/23
- Crédito Pessoal para negativado: Taxa média IF que trabalha com Negativados entre os dias entre os dias 29/08 e 04/09
- Estimativa do percentual de negativados: levantamento de bancos associados

Pesquisa junto ao público tomador do crédito consignado INSS

Qual seu papel no sustento da sua casa?

78% são os principais responsáveis pelo sustento



1.145 respondentes

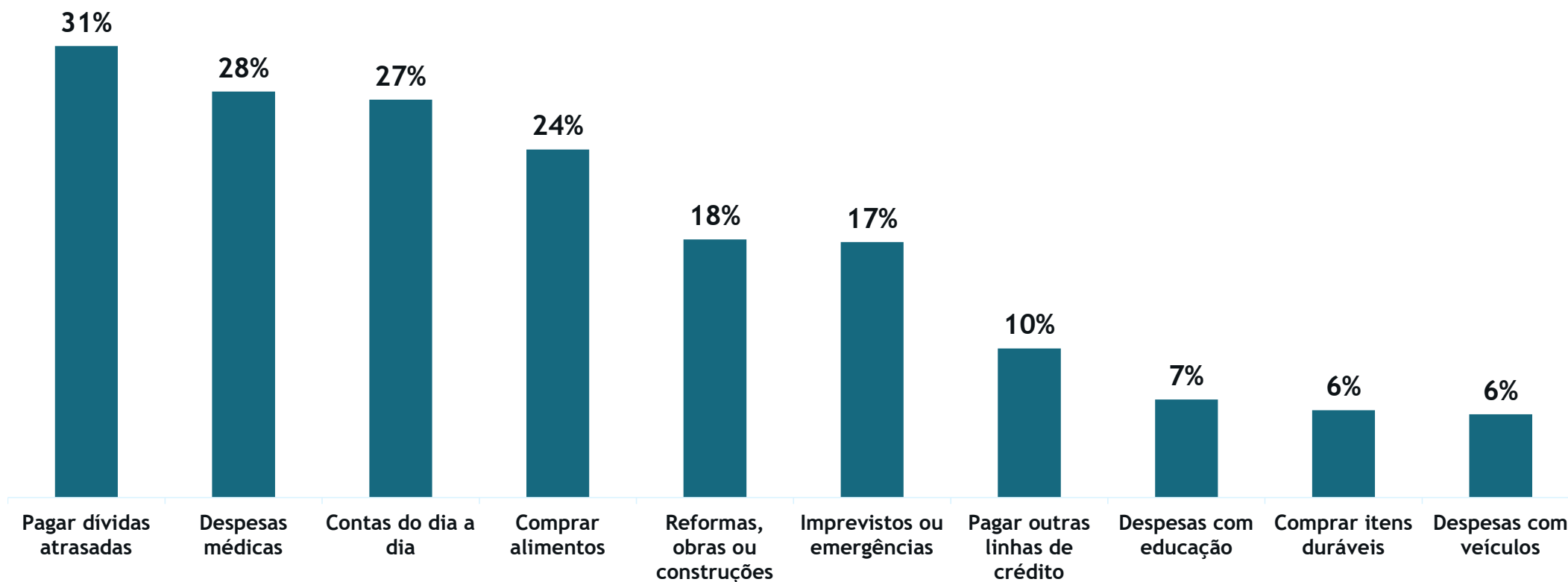
Nível de confiança: 95%

Margem de erro: 3pp

Data da coleta: 10 a 13/03/23

Havendo mudanças na obtenção de crédito, a grande maioria dos entrevistados teria impactos negativos no sustento da família como um todo, pois são os principais responsáveis pelo sustento.

Como você utilizou o dinheiro do empréstimo consignado contratado?



*Admitida mais de uma opção por respondente 20

Fonte: IF associada ABBC

Valor ECONÔMICO | **Finanças**

Crédito consignado é usado para pagar dívida, diz estudo

Pesquisa:

FGV EAESP
CENTRO DE ESTUDOS
EM FINANÇAS

Agosto/23

A pesquisa indica que quase dois terços dos entrevistados já utilizaram portabilidade

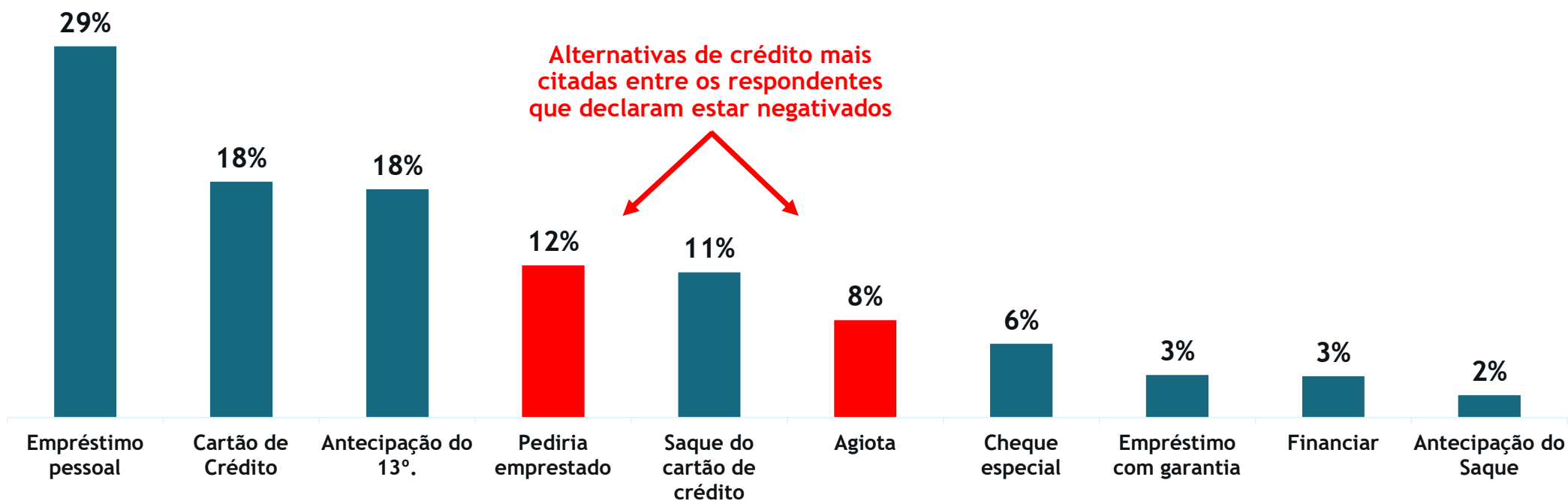
Por Álvaro Campos — De São Paulo

11/09/2023 05h03 · Atualizado há uma semana

Sobre os principais motivos para tomar um consignado, as opções mais votadas são: pagar dívidas (27%), reformar ou comprar uma residência (11%), saúde (10%), pagar contas da casa (10%) e investir no próprio negócio (8%).

Pesquisa junto ao público tomador do crédito consignado INSS

Se você não puder mais pegar um empréstimo consignado, quais outras opções de crédito você usará?



As linhas de crédito mais citadas são empréstimo pessoal e cartão de crédito, porém 49% dos respondentes possivelmente teriam restrição ao crédito (declaram estar negativados).

Custo de captação para o Consignado INSS

Redução do teto de 1,97% para 1,91%

Metodologia adotada no último CNPS: proporcionalidade da SELIC

SELIC 13,75% para 13,25% ao ano = redução de 0,06% a.m. no teto → **1,91% a.m.**

Fórmula utilizada:

Teto INSS	Selic	Proporção (Taxa / Selic)	Alteração Selic	Novo Teto = Nova Selic * Proporção	Novo Teto INSS
26,38% a.a. 1,97% a.m.	➡ 13,75% a.a.	➡ 1,92x		Novo Teto = 13,25% x 1,92 = 25,42% a.a.	➡ 25,42% a.a. 1,91% a.m.

Metodologia considerando juros compostos

Queda de 0,50% a.a. na SELIC = redução de 0,04% a.m. no teto → **1,93% a.m.**

Fórmula utilizada:

Diferença entre teto de 1,97% (26,38% a.a.) e SELIC anterior (13,75% a.a.): 11,10% a.a.

- Calculado dessa forma: $(1 + 26,38\%) / (1 + 13,75\%) - 1 = 11,10\% \text{ a.a.}$

Novo teto, mantendo a diferença de 11,10% a.a. com SELIC de 13,25% a.a.: 25,82% a.a. (1,93% a.m.)

- Calculado dessa forma: $(1 + 13,25\%) * (1 + 11,10\%) - 1 = 25,82\% \text{ a.a.}$
- Novo teto mensal: $(1 + 25,82\%)^{(1/12)} - 1 = 1,93\% \text{ a.m.}$

Redução do teto de 1,97% para 1,91%

Mesmo utilizando a queda de 0,50% a.a. da SELIC em Ago/23 como referência, **com a qual não concordamos**, a redução do teto em Ago/23 deveria ter sido de 0,04% a.m., o que corresponderia a um novo teto de 1,93% a.m..

A redução de 0,06% a.m. no teto aprovado pelo CNPS em Ago/23 corresponderia a um corte de 0,72% a.a. na SELIC e não ao de 0,50% a.a. efetivamente ocorrido.

Teto fixado em Mar/23: 1,97% a.m.

COPOM 02/08/2023: redução da SELIC de 0,50% a.a.: - 0,04% a.m.

Novo teto: 1,93% a.m.

Custo de captação para bancos médios e pequenos

As operações do Consignado INSS são de até 84 meses, o que obriga os bancos a realizarem captações de longo prazo, que têm como base o custo pago pelo Tesouro Nacional em seus títulos de longo prazo (risco soberano), acrescido do prêmio de risco de cada instituição.

Exemplo: Rentabilidade Tesouro Direto

TESOURO DIRETO		
Título		Rentabilidade anual
TESOURO PREFIXADO 2026	?	10,13%
TESOURO PREFIXADO 2029	?	10,98%
TESOURO PREFIXADO com juros semestrais 2033	?	11,23%

Rentabilidade título de 2026 anos

Tesouro Direto: 10,13% a.a.

Fonte: Tesouro Direto - data 18/09/2023

Custo de captação para bancos médios e pequenos

Para captarem recursos de longo prazo, os bancos precisam ofertar taxas acima da remuneração paga pelos títulos do Tesouro Nacional (risco soberano), presente o risco de cada instituição

Exemplo: Rentabilidade Tesouro Direto

TESOURO DIRETO		
Título		Rentabilidade anual
TESOURO PREFIXADO 2026	?	10,13%
TESOURO PREFIXADO 2029	?	10,98%
TESOURO PREFIXADO com juros semestrais 2033	?	11,23%

Rentabilidade título de 2026 anos
Tesouro Direto: 10,13% a.a.

Fonte: Tesouro Direto - data 18/09/2023

DI 2 anos: 10,13% a.a.
(18/09/2023)

Bancos	Taxa 2 anos	+Custo estimado Plataforma
Agibank	10,90%	11,50%
Bari	11,25%	11,85%
BBC	10,40%	11,00%
BMG	11,75%	12,35%
C6	12,00%	12,60%
Facta	11,90%	12,50%
Omni	11,70%	12,30%
Original	11,50%	12,10%

Média
119%
do CDI

Fonte: Plataforma XP 18/09/2023 (assumindo custo de plataforma de 0,60% a.a.)

Custo de captação para bancos médios e pequenos

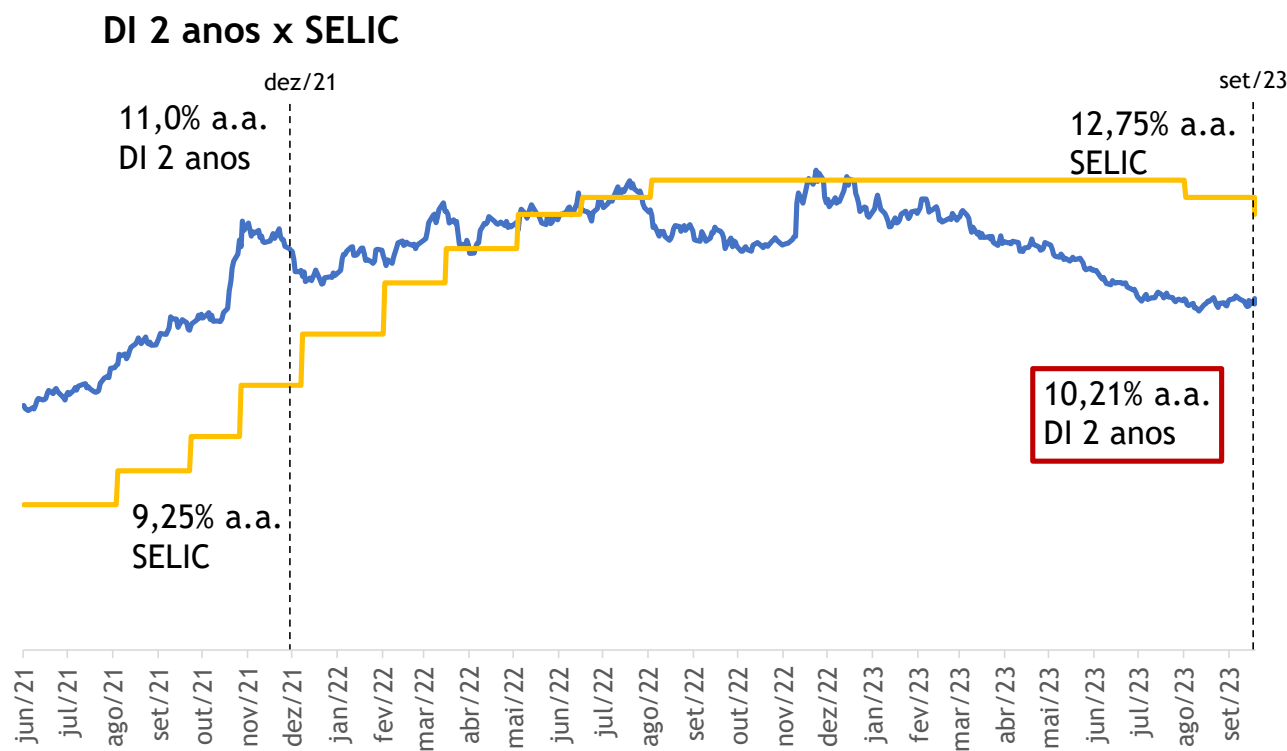
O custo de captação dos bancos tem como base o DI de 2 anos (média set/23: 10,21% a.a.), que nem sempre guarda correlação direta com a SELIC (atualmente em 12,75% a.a.).

Exemplo: Rentabilidade Tesouro Direto

TESOURO DIRETO		
Título		Rentabilidade anual
TESOURO PREFIXADO 2026	?	10,13%
TESOURO PREFIXADO 2029	?	10,98%
TESOURO PREFIXADO com juros semestrais 2033	?	11,23%

Rentabilidade título de 2026 anos
Tesouro Direto: 10,13% a.a.

Fonte: Tesouro Direto - data 18/09/2023



Fonte: B3 - data 18/09/23

Custo de captação para bancos médios e pequenos

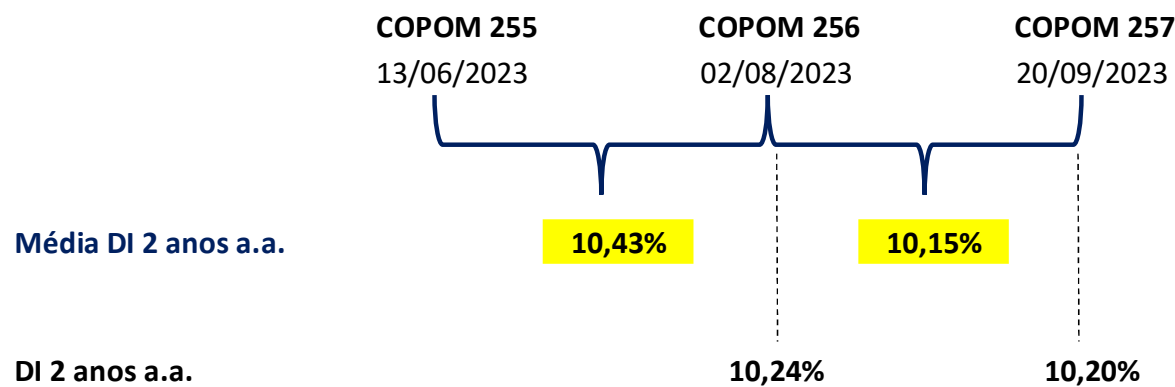
Conforme demonstrado abaixo praticamente não houve alteração do DI de 2 anos desde a última reunião do COPOM, realizada em 02/08/2023.

Exemplo: Rentabilidade Tesouro Direto

TESOURO DIRETO		
Título		Rentabilidade anual
TESOURO PREFIXADO 2026	?	10,13%
TESOURO PREFIXADO 2029	?	10,98%
TESOURO PREFIXADO com juros semestrais 2033	?	11,23%

Rentabilidade título de 2026 anos
Tesouro Direto: 10,13% a.a.

Fonte: Tesouro Direto - data 18/09/2023



DI 2 anos - Variação:

- Média de 03/08 a 20/09 (intervalo entre COPOM 256 e 257); e
- Média entre 14/06 e 02/08 (intervalo entre COPOM 255 e 256)

Ao ano: -0,28%

Ao mês: -0,02%

Considerações e proposta

Considerações

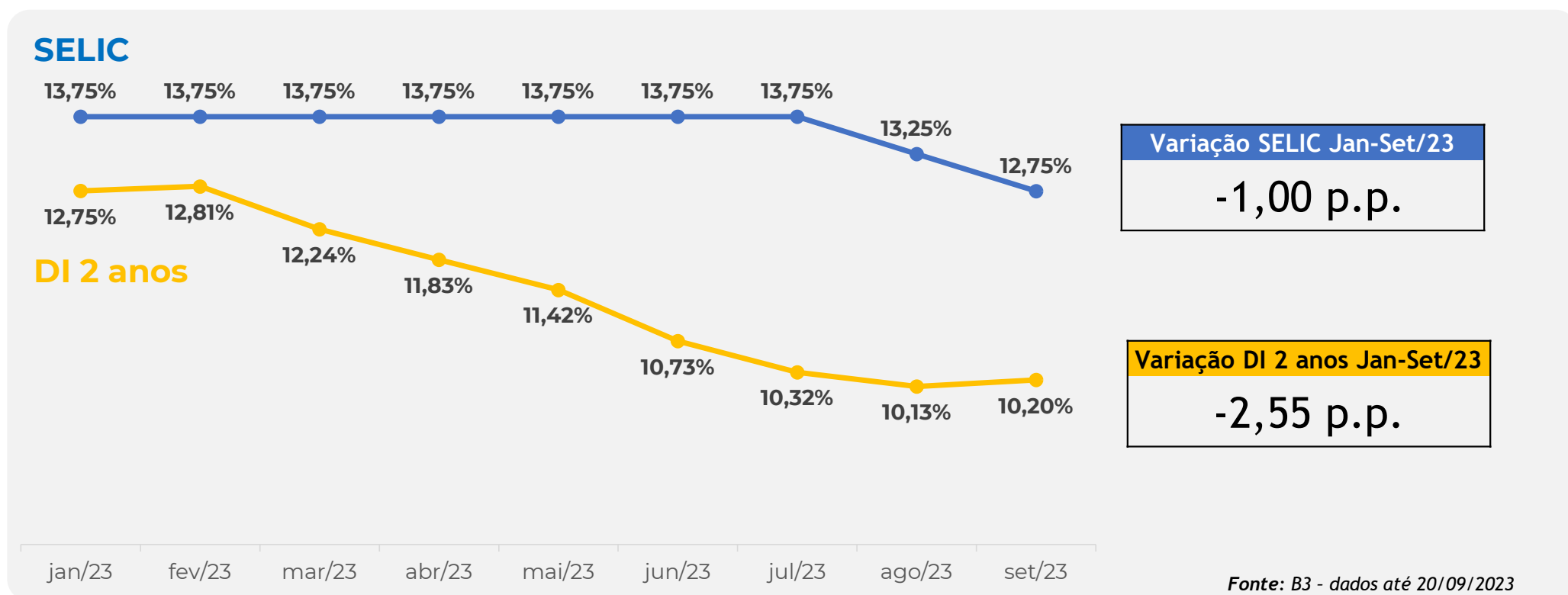
FEBRABAN



- As operações do Consignado INSS são de até 84 meses, o que obriga os bancos a realizarem **captações de longo prazo, tendo como referência o DI futuro de 2 anos.**
- Estas captações têm como base o custo pago pelo Tesouro Nacional em seus títulos de longo prazo (risco soberano), **acrescido do prêmio de risco de cada instituição.**
- Temos Instituições operando abaixo do teto, confirmando que **o teto não impede a concorrência entre os bancos.** A depender do custo de captação ou da estratégia (por exemplo, conquistar mais clientes para a abertura de conta, portabilidade de operações dos seus clientes junto a concorrentes), bancos podem atuar de forma mais agressiva.
- **O teto de juros nunca teve como objetivo alijar bancos da atuação no consignado INSS.** Conforme demonstrado, muitas Instituições Financeiras, em especial de pequeno e médio portes, apresentam custo de captação mais elevado, podendo enfrentar dificuldades de atuação caso o teto seja fixado em patamar não adequado.
- Dentre o público em questão, temos diferentes perfis de risco. **A fixação do teto em patamar não razoável poderá prejudicar o atendimento daqueles que apresentam maior risco** (idade, público, tipo de operação etc.), bem como operações de menor valor.
- O atual teto de juros do INSS tem resultado na redução da oferta de crédito pelo mercado.

Variação da SELIC e do DI 2 anos (média mensal) em 2023

Metodologia para fixação de teto tendo como base variação do DI 2 anos



Proposta para retomada robusta das concessões

Com objetivo de:

- Promover a retomada das concessões nos patamares dos anos anteriores;
- Promover o atendimento pleno ao público de maior risco;
- Retomada de uma maior cobertura geográfica do atendimento aos aposentados;

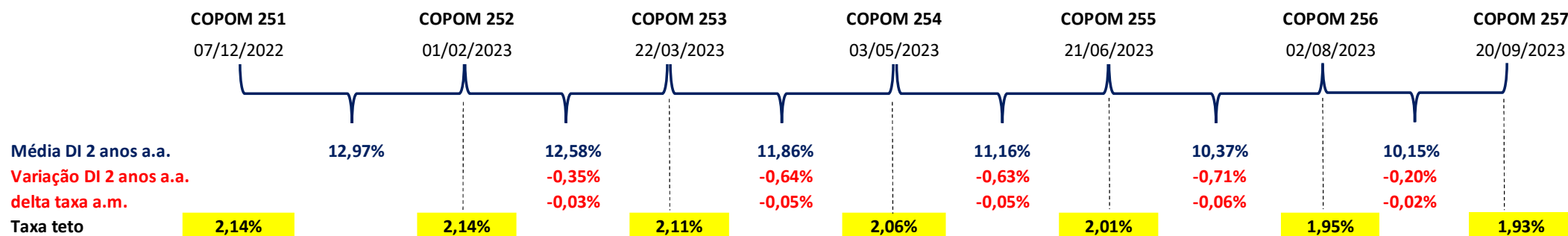
Defendemos que a diferença entre o teto e o DI 2 anos deveria ser, minimamente, de 1,27%, mesmo patamar observado em dezembro/21:

	INSS		DI 2 anos (média mensal)		Diferença (a.m.) Teto e DI 2 anos	SELIC	
	Alterações	Teto a.m.	ao ano	ao mês		ao ano	ao mês
	mar/17	2,14%	9,63%	0,77%	1,37%	12,25%	0,97%
	set/17	2,08%	8,08%	0,65%	1,43%	8,25%	0,66%
	mar/20	1,80%	5,08%	0,41%	1,39%	4,25%	0,35%
	dez/21	2,14%	10,99%	0,87%	1,27%	9,25%	0,74%
Atual	set/23	1,91%	10,20%	0,81%	1,10%	12,75%	1,01%

Fonte: B3 - dados até 20/09/2023

Proposta que não contempla retomada das concessões

Metodologia para fixação de teto tendo como base variação do DI 2 anos:



Exemplo do COPOM 20/09/2023:

- A = Média simples do DI de 2 anos (ao ano) de 03/08/2023 a 20/09/2023 → 10,15%
- B = Média simples do DI de 2 anos (ao ano) de 14/06/2023 a 02/08/2023 → 10,37%
- C (variação a.a.) = $(1+A)/(1+B)-1$ → - 0,20% a.a.
- D (variação a.m.) = $(1+C)^{(1/12)}-1$ → - 0,02% a.m.
- Novo teto = Teto anterior (1,95% a.m.) + D (-0,02% a.m.) → 1,93% a.m.
- Fonte para consulta do DI: B3

Observações:

- Sempre que a variação ao mês (D) for de no mínimo 0,05%, o teto será ajustado para cima ou para baixo.
- Sugerimos a adoção da metodologia com data-base de 01/01/2023, conforme demonstrado acima.
- Caso não ocorra alteração do teto, a variação calculada será acumulada para o próximo ciclo.
- Em virtude de questões operacionais, sugerimos que as alterações do teto entrem em vigor 5 dias úteis a partir da publicação da recomendação do CNPS.

Prazo para a implementação de novos tetos

A redação adotada pelo INSS quando da última mudança do teto de juros prevê:

INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 152, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 10 de novembro 2022, que estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de crédito consignado contraídos nos benefícios pagos pelo INSS.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 35014.065975/2022-22, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 10 de novembro 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12.....

II - a taxa de juros mensal deve obedecer ao limite máximo de juros recomendado pelo Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS, conforme estabelecido em Resolução vigente;

"Art. 15.

VI - a taxa de juros mensal deve obedecer ao limite máximo de juros recomendado pelo Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS, conforme estabelecido em Resolução vigente;

Ou seja, novas decisões do CNPS quanto ao teto de juros entrarão em vigor de imediato, sem a necessidade de Instrução Normativa do INSS.

Diante do exposto e em virtude de questões operacionais, sugerimos que as alterações do teto entrem em vigor **5 dias úteis a partir da publicação da recomendação do CNPS.**



 **FEBRABAN** FEDERAÇÃO
BRASILEIRA
DE BANCOS

